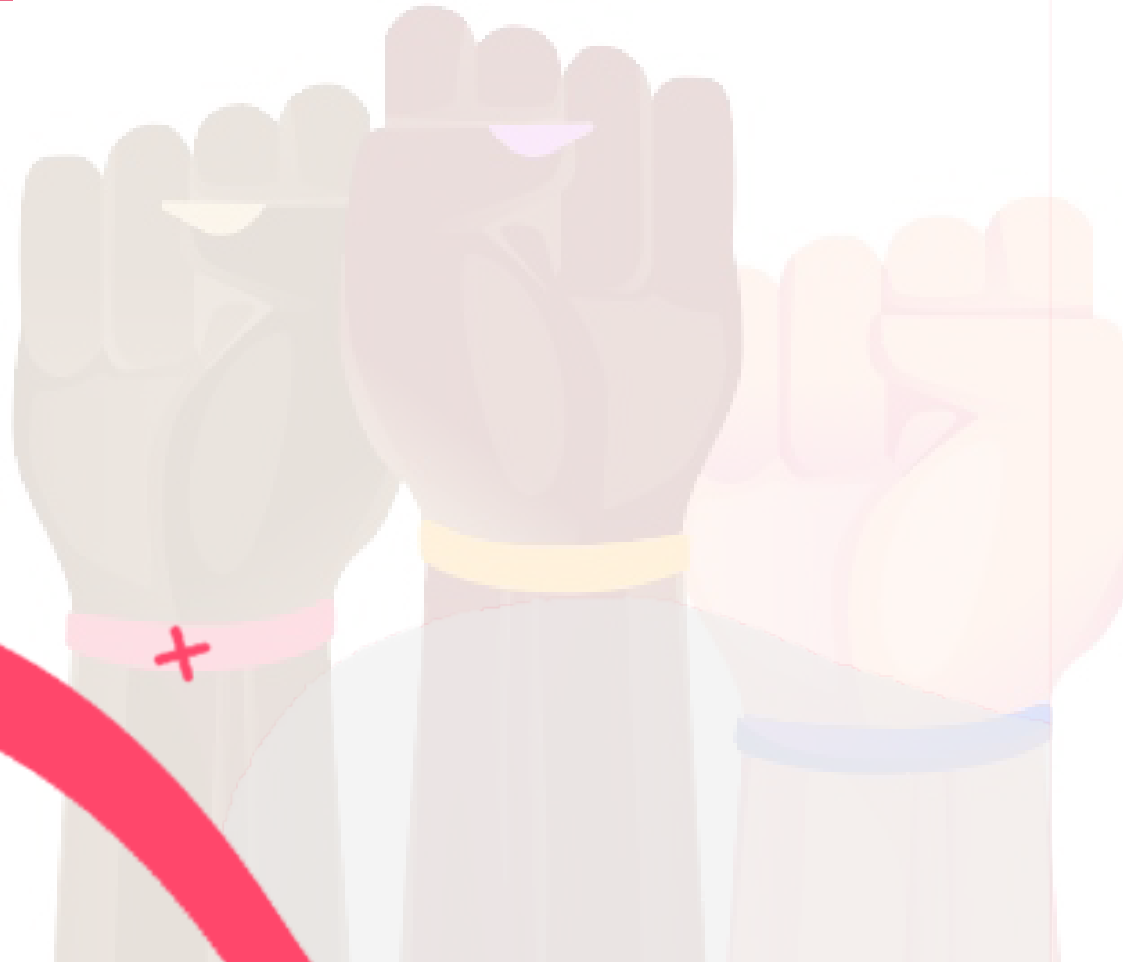


**AUTONOMIA
DEMOCRACIA
LUTA POR DIREITOS**

**PROGRAMA DA CHAPA 1 -
AUTONOMIA, DEMOCRACIA
E LUTA POR DIREITOS**

Candidata à diretoria da
ADUFF biênio 2022-2024



CHAPA 1 - AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LUTA POR DIREITOS

BIÊNIO 2022-2024

Edson Teixeira da Silva Junior
Presidente

Maria Cecília Sousa de Castro
Primeira Vice-presidenta

Thiago Moreira de Souza Rodrigues
Segundo Vice-presidente

Susana Maria Maia
Secretária geral

Rodrigo Torquato da Silva
Primeiro Secretário

Bianca Novaes de Mello
Primeira Tesoureira

Amanda Guazzelli
Segunda Tesoureira

Rafael Mendonça Dias
Diretoria de Comunicação – Titular

João Claudino Tavares
Diretoria de Comunicação – Suplente

Kênia Aparecida Miranda
Diretoria de Política Sindical – Titular

Eliana Arenas Mora
Diretoria de Política Sindical – Suplente

Renata Torres Schittino
Diretoria Cultural – Titular

Jacqueline Aline Botelho Lima
Diretoria Cultural – Suplente

Inny Bello Accioly
Diretoria Acadêmica – Titular

Gabriela Caramuru Teles
Diretoria Acadêmica
– Suplente



**AUTONOMIA
DEMOCRACIA
LUTA POR DIREITOS**



Nós da CHAPA 1, nos dirigimos as/aos professoras/es da UFF para apresentar nossas propostas para os próximos dois anos. Somos dez professoras e cinco professores, de diferentes áreas do conhecimento, de diferentes *campi* e gerações, que defendemos que a ADUFF-SSIND deve permanecer no caminho combativo que trilhou nesses 44 anos de **AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LUTA POR DIREITOS**. Reivindicamos a história de luta do ANDES-SN e defendemos que diante dos retrocessos que a classe trabalhadora e a educação superior pública vêm sofrendo, é necessário intensificar os espaços deliberativos do sindicato e ampliar a participação de filiadas/filiades/filiados nos grupos de trabalho, espaços em que as diferentes posições políticas devem ser expressas.

A união de forças políticas e movimentos sociais em torno da eleição de Lula significou importante vitória das/os trabalhadoras/es e dos setores mais oprimidos de nossa sociedade que eram constantemente atacados pelo atual governo: mulheres, negras/es/os, LGBTQIAPN+ e povos indígenas. Derrotar Bolsonaro era a necessidade prioritária do momento histórico para se abrir **novas possibilidades de lutas e conquistas para as/os trabalhadoras/es**. Por isso, as/os professoras/es da UFF e a ADUFF se posicionaram firmemente na campanha para derrotar Bolsonaro. Cabe agora aos movimentos sociais, sindicatos e partidos das/os trabalhadoras/es manterem-se unidos na mobilização de rua contra a extrema-direita golpista, pela democracia e em torno de uma pauta de reivindicações populares e de revogação das contrarreformas para o futuro governo, com independência de classe, autonomia e unidade entre as forças políticas classistas.

Os anos do governo Bolsonaro foram marcados pela carestia, pela degradação dos serviços públicos, pela precarização acelerada das condições e relações de trabalho, pelo agravamento da fome e dos problemas crônicos de moradia, pelo ataque contra os direitos humanos, destruição socioambiental e da Amazônia, desmonte dos órgãos ambientais, ataque às comunidades indígenas e quilombolas, pelo desmonte do financiamento à cultura e pelo incentivo à discriminação das pessoas LGBTQIAPN+, ao racismo, ao armamentismo, à intolerância religiosa e ao patriarcalismo feminicida.

No campo da educação pública, **o governo Bolsonaro atuou com afinco para desmantelar órgãos e secretarias do Ministério da Educação**, a exemplo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do INEP, órgão que monitora a execução das políticas educacionais e elabora avaliações como o ENEM. Nos últimos dois anos, foi registrado o menor número de inscrições no ENEM de toda a sua história, o que impacta diretamente o acesso da classe trabalhadora à universidade pública. O desmantelamento dessas instituições, combinado com os cor-

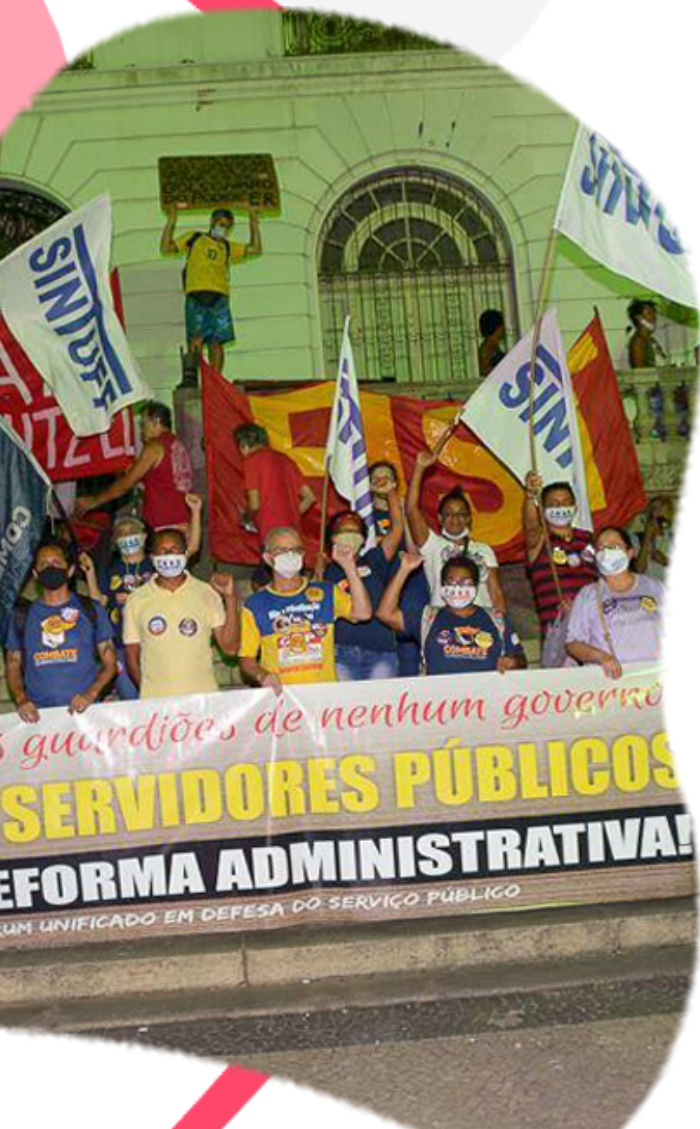
tes orçamentários e a perseguição às/aos servidoras/es, faz parte das estratégias de destruição do caráter público da educação.

Os instrumentos legais para tanto, como a Emenda Constitucional do teto dos gastos (EC 95/2016) e a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), deixados como legado pelo governo golpista de Michel Temer, foram executados de forma articulada com **campanhas de difamação de docentes e pesquisadoras/es, ataques à ciência e a difusão de fake news** sobre suposta “ditadura da ideologia de gênero” ou “doutrinação marxista”.

As universidades públicas (incluindo os Colégios de Aplicação e Hospitais Universitários) e institutos federais foram alvo de intensos ataques por parte de Ministros da Educação. Também se acirraram os instrumentos de controle, competição e autoritarismo. **Em quatro anos se somaram 22 intervenções em universidades federais**, em que o Ministério da Educação não respeitou a escolha da comunidade acadêmica na consulta sobre seu/sua reitor/a.

Escândalos de corrupção e crises sucessivas no Ministério da Educação foram constantes, enquanto a sanha privatista era alimentada pelo governo e por setores da





sociedade interessados na mercantilização do ensino e na elitização das universidades públicas e da pesquisa científica. Tudo isso ocorreu em meio à impiedosa pandemia da COVID-19 que, diante do negacionismo criminoso do governo federal, ceifou mais de 700 mil de vidas e acelerou processos de precarização do trabalho em todos os campos, incluindo os da educação básica e superior. Tornou a pandemia um verdadeiro balão de ensaio para **expansão da educação a distância e plataformação do ensino.** Devido à situação emergencial e com a justificativa da falta de recursos, a universidade pública abriu as portas para empresas de tecnologia (como a Google, que reconhecidamente comercializa os dados dos usuários) ofertarem plataforma de ensino. Neste contexto, o ensino remoto foi adotado como uma medida emergencial que, sem os necessários aportes tecnológicos e apoio às estudantes mães e estudantes trabalhadoras/es, comprometeu drasticamente a permanência estudantil e a qualidade do ensino.

Nesse cenário desolador, a sociedade brasileira lutou, resistiu e sobreviveu – graças ao Sistema Único de Saúde –, abalada do ponto de vista institucional, ético e da saúde física e

mental. A eleição de Lula afasta Bolsonaro do poder executivo federal, mas **não esgota as ameaças do fascismo colocadas em marcha pela extrema direita.** Ele continua presente e forte no legislativo federal e em muitos estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro, e em uma parcela significativa da população.

Assim, mesmo reconhecendo a vitória contra a extrema-direita, é necessário reafirmar a necessidade de mobilização ampla da classe trabalhadora para garantirmos a democracia, ao mesmo tempo que lutamos pela reversão das contrarreformas e pela defesa intransigente dos direitos. **Diante disso, será imprescindível organizar-se e mobilizar-se para a longa luta que virá voltada à recuperação de direitos perdidos e para a consolidação de novas e necessárias conquistas.** A ADUFF e o ANDES-SN são espaços cruciais para a resistência democrática do nosso tempo, como foi em outros graves momentos da nossa História recente.

A defesa intransigente da universidade pública exige um **movimento docente ativo e mobilizado, que luta pela consolidação e ampliação do tripé da universidade pública – ensino-pesquisa-extensão** – a partir de uma forte articulação entre docentes, técnicos/as-

-administrativos/as, trabalhadores/as terceirizados/as, estudantes e sociedade.[1] Só assim será possível defender uma universidade laica, pública, de qualidade, antilgbtfóbica, anticapacitista, antisexistista, antirracista e popular. Nesta direção destacamos que os 10 anos da Lei de Cotas é uma conquista de toda a sociedade, política que deve ser ampliada e seguida de políticas de permanência.

Nós, docentes da UFF, carregamos parte fundamental da responsabilidade na luta por essa universidade que defendemos. Por isso, precisamos romper com cadeias impostas pela lógica produtivista neoliberal que desune e pulveriza a ação política em nome de um imediatismo que apenas reforça os estereótipos que a extrema direita busca nos impor, levando docentes a uma disputa fratricida pelos poucos recursos. **A ADUFF, seção sindical do ANDES-SN, é o órgão sindical e de luta no qual nos organizamos para exercer o nosso papel histórico como trabalhadoras e trabalhadores docentes, cidadãos/ãs e profissionais.** Por isso, é preciso fortalecê-la e avançar na sua dimensão de luta.

A ADUFF-SSIND sempre esteve atenta à diversidade das demandas da categoria docente e do conjunto da comunidade

de acadêmica, assim como na articulação com os movimentos sociais e de demais categorias da classe trabalhadora. Assim, a atuação nos fóruns estaduais e municipais de luta deve ser combinada com a interação atenta e constante com o conjunto da comunidade universitária e com os municípios onde a UFF atua, respeitando suas particularidades locais, sem perder de vista a busca pela unidade na construção cotidiana do movimento sindical docente.

Desse modo, a chapa AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LUTA POR DIREITOS, apresenta-se às/aos suas/seus filiadas/filiados/filiados com o compromisso de **atuar para a defesa dos direitos da classe trabalhadora; da universidade pública e gratuita, autonomia, crítica, laica e socialmente comprometida; pela valorização do fazer docente no ensino, na pesquisa e na extensão; pela paridade entre os ativos e os aposentados e pela autonomia do sindicato frente à reitoria, aos governos, aos partidos e às administrações,** condição essencial para a democracia no movimento docente, onde há a livre apresentação e manifestação das forças políticas diversas, com decisão plena e democrática da base.





A luta pela democracia envolve melhores condições de trabalho, para a preservação de condições de vida e saúde dos/as docentes; a luta contra todas as formas de opressão tais como o machismo, a LGBTfobia, o capacitismo e o racismo, e o investimento em formas de maior aproximação da direção do sindicato com o conjunto da categoria, sobretudo, dos *campi* fora de sede e Coluni.

É compreensão dos integrantes da chapa que a garantia da universidade pública, gratuita para todas, todos e todes, de qualidade, socialmente referenciada e comprometida com as problemáticas que afetam a classe trabalhadora somente será possível com amplo protagonismo social e, por isso, é preciso todo o empenho para que lutas conjuntas sejam efetivadas no próximo período.

Essas lutas são cruciais porque o país somente terá universidades públicas com o rompimento com as políticas neoliberais que aprofundam o caráter capitalista dependente da sociedade brasileira. **Neste sentido, a proposta aqui apresentada é um convite a todos, todas e todes professores/as da Universidade Federal Fluminense para que se envolvam na construção de um trabalho coletivo em prol do caráter público da educação, a partir dos eixos abaixo.**

- A)** Defesa da universidade pública, popular, gratuita, laica e socialmente referenciada.
- B)** Defesa dos direitos e das condições de trabalho das e dos docentes ativas/os, incluindo substitutas/os, e aposentadas/os.
- C)** Defesa da ADUFF-SSind independente e autônoma frente à reitoria, aos governos, aos partidos e às administrações; com livre manifestação das forças políticas diversas e decisão plena e democrática da base.
- D)** Defesa radical da democracia interna na UFF, pleno funcionamento dos conselhos superiores e garantia de fóruns colegiados.
- E)** Luta contra o assédio moral e sexual e combate às opressões de raça, gênero, classe e outras opressões, como forma de garantir o caráter democrático da UFF no ensino, pesquisa e extensão.
- F)** Articulação com os demais segmentos da comunidade acadêmica, movimentos sociais e políticos, servidoras/es públicas/os e terceirizadas/os, além de outras categorias da classe trabalhadora.

G) Defesa intransigente da democracia e luta contra as ameaças do fascismo colocadas em marcha pela extrema direita.

H) Mobilização da categoria pela base, pela revogação das contrarreformas e por novas conquistas no campo dos direitos

I) Construção coletiva nos espaços deliberativos do ANDES-SN da luta contra os cortes e pela ampliação do financiamento público da educação, ciência e tecnologia

Neste sentido, propomos para o período de 2022-2024:

1) Efetivar uma maior aproximação da diretoria do sindicato com a categoria, por meio da:

- Atualização da pauta interna de reivindicações das/os docentes,
- Dinamização do Conselho de Representantes
- Rearticulação dos Grupos de trabalho da ADUFF-SSIND;
- Realização de assembleias de forma descentralizada;

• Realizar o “sindicato itinerante” nos *campi* fora de sede e em unidades de Niterói;

• Manutenção do plantão presencial da assessoria jurídica na ADUFF, do atendimento online e realização de plantões nos *campi* fora de sede, com atenção especial a defesa de direitos das/os docentes aposentadas/os.

• Retomada de encontro de professoras/es fora de sede e da sede

• Reativação de mecanismos de interlocução com docentes (seminários, eventos culturais) como canais permanentes para conhecer as demandas da categoria das diversas unidades da UFF, atuando no enfrentamento tanto sobre questões específicas quanto sobre questões gerais das/os docentes e da Universidade.

• Realização de atividades periódicas com docentes aposentadas/os;

• Realização do Encontro de Assuntos de Aposentadoria da UFF

• Realização de campanha de sindicalização, estimulando a sindicalização de professoras/es substitutas/os;





- Promoção de atividades de recepção as/ aos novas/os docentes para apresentar os objetivos e a forma de funcionamento da ADUFF-SSIND defendendo a necessidade de organização das/os docentes;
- Ampliar a abrangência do ADUFFZap.

2) Lutar em defesa de melhores condições de trabalho, do plano de carreiras e da valorização da categoria docente;

3) Elaboração de uma política de acolhimento e defesa de direitos das/os docentes aposentadas/os.

4) Defender o financiamento necessário para a efetivação da multicampia, por meio da garantia de condições de trabalho docente, bem como condições de infraestrutura, logística, administrativas e pedagógicas para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a presença da Universidade Pública nas diversas localidades.

5) Defesa e garantia do tripé da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão) para a carreira EBTT e defesa de melhorias

para o COLUNI, por meio de reivindicação à reitoria por:

a. Reivindicar da reitoria maior comprometimento com a extensão universitária, por meio da ampliação do número de bolsas e criação de infraestrutura adequada para a sua execução e contabilização de carga horária para as/os estudantes;

b. Ampliação do número de vagas de concurso público para professores efetivos;

c. Criação de um programa de acesso e permanência para as/os estudantes do Coluni.

6) Lutar pela ampliação da democracia interna da UFF;

7) Promover com as/os docentes um debate permanente sobre produção acadêmica, numa crítica ao produtivismo e ao atendimento das demandas de pesquisa e produção científica voltadas aos interesses do mercado;

8) Cobrar da Reitoria ações que respondam às práticas de racismo, capacitismo,

assédio sexual e assédio moral no âmbito da Universidade

9) Criar no âmbito da Aduff um espaço de acolhimento a docentes que sejam vítimas de casos de racismo, capacitismo, assédio sexual e assédio moral.

10) Impulsionar na UFF e no sindicato as discussões sobre opressões através da aproximação com os movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA PN+.

11) Promover em conjunto com as discentes, técnicas-administrativas e terceirizadas e suas entidades representativas, DCE e SINTUFF, iniciativas e políticas contrárias às opressões e em defesa de medidas de promoção da igualdade de gênero e racial.

12) Realizar Encontro de docentes mulheres, tendo em vista a ampliação da política acadêmica e institucional que considere suas particularidades;

13) Implementar e aprofundar o debate de direitos e garantias à creche, oferecidas pelo poder público, para estudantes, trabalhado-

ras e trabalhadores da UFF próximas ao seu local de trabalho e estudo;

14) Promoção de debates quanto aos conteúdos curriculares que fomentem o combate às opressões, como forma de garantir o caráter democrático da UFF no âmbito do ensino, pesquisa e extensão;

15) Reivindicar junto à Reitoria políticas efetivas de inclusão e acessibilidade de Pessoas com Deficiência;

16) Reivindicar concurso público para intérpretes de libras a fim de atender a comunidade surda e às demandas de acessibilidade dos eventos e atos acadêmicos;

17) Lutar pela permanência e ampliação da política de cotas, para estudantes e trabalhadoras/es negras, negres e negros, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+;

18) Impulsionar, na UFF e na ADUFF, em conjunto com os movimentos ambientalistas e ecossocialistas, o debate e políticas sobre as expressões socioambientais da questão social.





19) Apoiar e intensificar as Lutas Populares que combatem o extermínio da juventude pobre, predominantemente negra, nas favelas e periferias, estreitando ainda mais o diálogo com os Movimentos Sociais e os Coletivos de Luta que enfrentam as diversas opressões e violências cotidianas.

20) Manter a aproximação com as entidades organizativas dos discentes (DCE e Centros Acadêmicos) e dos/as técnicas/os-administrativas/os (SINTUFF) para uma atuação conjunta ante à Reitoria, no espaço público e nos foros de luta;

21) Apoiar e fortalecer a luta contra a precarização das condições de trabalho de funcionárias/os técnica/o-administrativas/os e terceirizadas/os.

22) Apoiar as reivindicações do movimento estudantil, reafirmando o respeito a sua autonomia, nas pautas que são fundamentais a educação pública como um todo, tais como, políticas de acesso, fortalecimento e ampliação da Assistência Estudantil nas suas múltiplas dimensões (ampliação de bolsas, garantia de permanência, moradia,

transporte, alimentação, suporte psicológico, auxílio creche, etc.);

23) Promover o debate com o conjunto da comunidade acadêmica, em diálogo com os movimentos sociais, sobre a importância da extensão para a universidade e reivindicar da reitoria o comprometimento de implementar infraestrutura para a sua execução, bolsas, etc;

24) Construção de espaços de debates e de intervenção com movimentos sociais e políticos;

25) Estimular o debate acerca do fornecimento de alimentos saudáveis nos restaurantes universitários em consonância com os movimentos populares de luta camponesa e ambiental, à exemplo do Plano Nacional de Alimentação Escolar;

26) Revogação do contrato de gestão com a EBSERH! Respeito à autonomia universitária e gestão da comunidade acadêmica;

27) Participação no Fórum de lutas de Niterói e dos demais espaços classistas e coletivos construídos nas cidades em que a UFF se localiza;

28) Manter a aproximação com as demais Seções Sindicais do ANDES-SN a fim de potencializar iniciativas organizativas e de formação, além de se fortalecer para a apresentação de demandas ao governo federal e estadual, como:

a. Somar-se na luta pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016 (do teto dos gastos), da Emenda Constitucional 103/2019 (Altera o sistema de previdência social), da Portaria nº 2.227, de 31/12/2019 (que prejudica a produção científica brasileira ao limitar drasticamente a participação de pesquisadoras/es em eventos científicos no país e no exterior), pelo arquivamento da PEC 32 (reforma administrativa), pela revogação da contrarreforma trabalhista;

b. A Luta contra projetos de privatização das universidades públicas, a exemplo do FUTURE-SE, e contra repasses públicos para universidades privadas, a exemplo do PROUNI, e de programas como o FIES, que provoca o endividamento das/os estudantes.

c. A Luta contra a implementação do EAD e do REUNI DIGITAL, uma vez que desres-

ponsabiliza o Estado para com a Educação Pública de QUALIDADE para TODAS, TODES e TODOS.

d. Lutar pela recomposição e ampliação do orçamento das instituições de ensino superior públicas

e. A Luta pela imediata revogação do Novo Ensino Médio.

f. A Luta contra a reformulação do currículo da formação de professoras/es por meio da BNC-Formação e BNC-Formação Continuada.

g. Somar-se às lutas contra o genocídio de moradores de favelas e periferias, em especial a população negra, com destaque ao estado do Rio de Janeiro numa ação articulada junto às Seções Sindicais.

29) Defesa do ANDES-SN, assim como dos 44 anos de história da ADUFF.

Niterói, 30 de novembro de 2022

**Chapa AUTONOMIA, DEMOCRACIA
E LUTA POR DIREITOS**

